



ESTADOS UNIDOS

Durante discurso no Fórum Econômico Mundial, presidente promete impor tarifas a empresários estrangeiros que não fabricarem seus produtos em território americano. Republicano defende queda no preço do petróleo e nas taxas de juros

Trump ameaça países com “tarifaço”

» RODRIGO CRAVEIRO

Donald Trump escolheu o cenário, ainda que virtualmente, e a ocasião para enviar uma mensagem ameaçadora aos empresários de outros países: o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça). “Minha mensagem para todas as empresas do mundo é simples: venham fabricar seus produtos nos Estados Unidos. Nós lhes daremos os menores impostos de qualquer nação na Terra. Estamos reduzindo-os substancialmente”, declarou o presidente americano, por videoconferência, antes de enviar-lhes um alerta. “Mas, se não os produzirem nos EUA, e estão em seu direito, então, simplesmente, terão que pagar tarifas — de quantias diferentes, mas uma tarifa — que direcionará centenas de bilhões de dólares, e até trilhões de dólares, para o nosso Tesouro, a fim de fortalecer nossa economia e pagar dívidas.”

De acordo com Trump, sob seu governo, não haverá lugar melhor na Terra para criar empregos, construir fábricas ou expandir uma empresa do que nos Estados Unidos. Em seu discurso de posse, na Rotunda do Capitólio, na última segunda-feira, Trump anunciou que começaria, imediatamente, a revisar o sistema de comércio dos EUA para proteger trabalhadores e famílias americanas. “Em vez de taxar nossos cidadãos para enriquecer outros países, tarifaremos e taxaremos países estrangeiros para enriquecer nossos cidadãos”, avisou. “O sonho americano logo estará de volta e prosperando como nunca antes.”

O discurso de ontem do presidente americano foi muito aplaudido e transmitido em um telão do auditório principal do centro de congressos de Davos, local do Fórum Econômico Mundial. A plateia de Trump incluiu os nomes mais importantes da economia do planeta, como

Fabrice Coffrini/AFP



Minha mensagem para todas as empresas do mundo é simples: venham fabricar seus produtos nos Estados Unidos. (...) Mas, se não os produzirem nos EUA, e estão em seu direito, então, simplesmente, terão que pagar tarifas”

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

Kristalina Georgieva, diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI); Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu; Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC); e John Kerry, ex-secretário de Estado e ex-enviado especial dos Estados Unidos para o clima.

Parcerias em xeque

Na segunda-feira, horas depois da posse, Trump anunciou a imposição de tarifas alfandegárias de 25% ao México e ao Canadá, parceiros comerciais históricos dos Estados Unidos. A medida deverá vigorar a partir de 1º

de fevereiro. “Estamos pensando em termos de 25% para México e Canadá, pois estão permitindo um enorme número de pessoas. O Canadá também abusa fortemente — grandes quantidades de gente vindo e de fentanil chegando”, declarou, relacionando a decisão à imigração irregular. Durante a campanha, ele também tinha prometido taxar 10% adicionais sobre a importação de produtos da China.

Em entrevista ao **Correio**, Simon Johnson (**leia Duas perguntas para**), professor de empreendedorismo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 2024, afirmou que

Trump utiliza um estilo e uma retórica peculiares para obter vantagens comerciais aos EUA. Johnson também advertiu sobre o risco de uma guerra tarifária de proporções internacionais, mas demonstrou ceticismo em relação à sua aplicação.

No discurso virtual ao Fórum Econômico Mundial, Trump cobrou a redução nos preços do petróleo e associou-os ao fim imediato da guerra entre Rússia e a Ucrânia e à melhora da economia americana. “Com os preços do petróleo em queda, eu exigirei que as taxas de juros caiam imediatamente. Da mesma forma, eles (os preços do petróleo) deveriam estar caindo em todo

o mundo. As taxas de juros deveriam nos seguir”, defendeu.

Trump aproveitou sua intervenção em Davos para destacar o que chamou de “Era Dourada da América”. “O que o mundo testemunhou nas últimas 72 horas foi nada menos do que uma revolução do senso comum. “Nosso país, em breve, será mais forte, mais rico e mais unido do que nunca, e todo o planeta será mais pacífico e próspero, como resultado desse impulso incrível e do que estamos fazendo e vamos fazer”, disse. Mais uma vez, o republicano desqualificou o antecessor, Joe Biden. “Ele perdeu totalmente o controle do país”, afirmou o novo presidente.

Duas perguntas

SIMON JOHNSON, PROFESSOR DE EMPREENDEDORISMO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE MASSACHUSETTS (MIT) E LAUREADO COM O NOBEL DE ECONOMIA EM 2024

Arquivo pessoal



Como o senhor vê o alerta de Trump para que os empresários estrangeiros fabriquem os produtos nos EUA?

O senhor Trump está negociando. Esse é seu estilo e sua retórica. A imposição de tarifas aumentaria o custo dos produtos para os consumidores americanos, e isso inclui muitas pessoas que votaram nele. Também haveria uma retaliação por parte de outros países. Mas, se as companhias fizerem uma demonstração de investimento nos EUA, ou apenas anunciarem compromissos, isso o apaziguará. Se tais investimentos se materializarem ou não, e gerarão muitos bons empregos, ainda não se sabe.

Quais seriam as consequências de uma “guerra tarifária” para a economia norte-americana?

Uma “guerra tarifária” real seria onerosa para todos. É improvável que o senhor Trump vá tão longe. Ele quer fazer acordos que pareçam bons e desempenhar um bom papel nas mídias sociais. Outros países serão inteligentes o bastante para perceberem isso. Ninguém deseja uma guerra tarifária ou uma guerra comercial de qualquer tipo. (RC)

Juiz federal impõe primeiro revés à Casa Branca

Cecilia Sanchez/AFP



Vista aérea da fronteira entre EUA e México, em El Paso, no Texas

John Coughenour, juiz federal de Seattle (Washington), bloqueou temporariamente a ordem executiva firmada pelo presidente Donald Trump em que determinava o fim do direito à cidadania por nascimento. “Estou no tribunal há mais de quatro décadas e não me lembro de outro caso em que a questão apresentada fosse tão clara como neste. Esta é uma ordem flagrantemente inconstitucional”, justificou o magistrado, ao comandar uma audiência em resposta a uma ação judicial contra a medida apresentada pelos estados de Washington, Arizona, Oregon e Illinois. A previsão é de que a ordem executiva permaneça suspensa, inicialmente, por 14 dias.

De acordo com o jornal *The Seattle Times*, Coughenour chegou a interromper Brett Shumate, advogado do Departamento de Justiça e representante do governo Trump. “Na sua opinião, essa ordem executiva é constitucional?”, perguntou o juiz. A resposta de Shumate foi: “Absolutamente”. “Francamente, tenho dificuldade em entender como um membro da Ordem dos Advogados pode declarar inequivocamente que esta é uma ordem

constitucional. Isso simplesmente me deixa perplexo”, rebateu o magistrado, que foi indicado, em 1981, pelo então presidente republicano, Ronald Reagan.

Trump anunciou que recorrerá da decisão do juiz. “Apelaremos, obviamente”, disse, no Salão Oval. O Departamento de Justiça prometeu “defender vigorosamente” o decreto de Trump. A ordem executiva, caso entre em vigor, impossibilitará a emissão de passaportes, certidões de nascimento e outros documentos a crianças cujas mães estejam em território americano de

modo ilegal ou temporário, e cujo pai não seja cidadão americano ou não tenha residência permanente.

Resistência

Ao todo, 22 dos 50 estados dos EUA entraram com ações na Justiça para bloquear o fim do direito à cidadania por nascimento, benefício consagrado na 14ª Emenda da Constituição americana. “Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas à sua jurisdição, são cidadãs dos Estados

Unidos e do estado onde residem”, declara a emenda.

Presidente do Migration Policy Institute (Instituto de Política Migratória — MPI), baseado em Washington, Andrew Selee afirmou ao **Correio** que o governo Trump esperava que a ordem executiva fosse bloqueada pela Corte. “Estão apostando na apelação — eventualmente, na Suprema Corte — para terem mais sorte. A primeira vista, a Constituição é clara ao atestar que todas as crianças nascidas nos EUA são cidadãs, mas há nuances suficientes no modo como essa parte do texto é escrita para que o governo espere obter apoio de tribunais superiores para manter a ordem executiva”, explicou.

Selee espera por mais ordens desafiadas nos tribunais. Ele acredita que instâncias inferiores poderão decidir contra o governo, mas os tribunais superiores, apoiar as medidas. “A Casa Branca pode perder alguns dos casos por completo. Trump espera por isso. Por isso, existem tantas ordens executivas, mudanças regulatórias e decisões políticas que se sobrepõem, de modo que, quando uma for derrubada, outra estará em vigor. (RC)

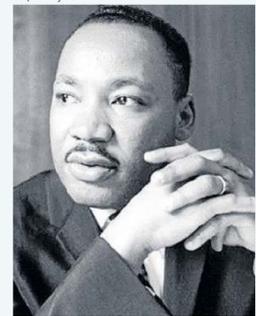
Fim do sigilo sobre mortes de Kennedy e MLK

Reprodução/WikiCommons



Donald Trump assinou, ontem, um decreto para desclassificar os arquivos sobre os assassinatos, na década de 1960, do presidente John F. Kennedy (E) e do seu irmão Bobby Kennedy, e o do líder dos direitos civis Martin Luther King Jr. (D). “Tudo será revelado”, disse o republicano, ao firmar a ordem executiva, no Salão Oval da Casa Branca. Em 22 de novembro de 1963, Kennedy foi morto por um franco-atirador enquanto desfilava de carro aberto, em Dallas. Lee

Reprodução/Internet



Harvey Oswald, o suposto assassino, foi preso 80 minutos depois do crime e morto dois dias depois. Bobby Kennedy, irmão de JFK, morreu depois de ser baleado, em 5 de junho de 1968, em Los Angeles. Por sua vez, o pastor batista e ativista contra a segregação racial Martin Luther King Jr. foi executado em 4 de abril do mesmo ano, enquanto estava na sacada do Lorraine Motel, em Memphis, no estado do Tennessee. James Earl Ray, 40 anos, confessou o crime e foi condenado a 99 anos de prisão.